

Estatísticas domiciliares e políticas públicas: uma discussão sobre os conceitos de família e domicílio

Carmem Aparecida Feijó

Pesquisadora do CNPq e Professora da UFF.

Elvio Valente

Economista do IBGE e Professor da Unesa.

Resumo

O objetivo deste texto é o de contrapor definições de família e de domicílio nos levantamentos empíricos com abordagens teóricas do pensamento econômico. São discutidos modelos de comportamento domiciliar e apresentados levantamentos empíricos que ilustram diferentes abordagens sobre o comportamento das famílias e dos domicílios. O texto ressalta, ainda, a relevância da discussão para políticas públicas.

Palavras-chave

Estatísticas domiciliares; teoria dos domicílios; políticas públicas.

Abstract

The aim of this paper is to debate theoretical definitions of family and household and their application in empirical surveys. We discuss theoretical models about household behavior and we present some brazilian empirical surveys that illustrate different approaches to the behavior of families and households. The paper stresses the importance of this discussion to public policies.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 19.03.03.**

1 - Introdução

Um dos usos mais relevantes das estatísticas oficiais é o de insumo para análises e pesquisas acadêmicas, e uma das tarefas mais difíceis e importantes para os profissionais e acadêmicos é obter estatísticas que traduzam de forma acurada as categorias de análise e os conceitos definidos pela teoria. Análises em nível microeconômico, bem como em nível macroeconômico, demandam informações estatísticas que devem estar ajustadas às definições conceituais de forma a se prestarem, isoladamente ou sob a forma de modelos, à interpretação da realidade socioeconômica.

Nosso objetivo, neste texto, é contrapor as definições de família e de domicílio em levantamentos empíricos (basicamente do IBGE) com abordagens teóricas do pensamento econômico. O tema é vasto, e não é pretensão deste trabalho ser exaustivo, mas ressaltar a importância dessa questão no debate econômico brasileiro atual, quando são discutidas metas sociais juntamente com metas econômicas. Ressaltamos sua relevância para pesquisadores acadêmicos envolvidos com estudos sobre o comportamento de unidades familiares e, em particular, para formuladores e avaliadores de políticas públicas.¹ A compreensão sobre o processo de tomada de decisão no âmbito da unidade familiar é relevante para a avaliação de impacto e reação a medidas de políticas socioeconômicas, especialmente quando se pretende que as políticas públicas tenham como foco o indivíduo e não o domicílio como um todo.

Iniciamos, na próxima seção, com uma breve discussão sobre os conceitos de família e de domicílio na teoria econômica. Na seção três, tratamos dos modelos de comportamento das unidades domiciliares, exemplificando com levantamentos empíricos sobre unidades domiciliares. Já na última seção, apresentamos um resumo de nossos comentários.

¹ Vale observar que, do ponto de vista de metodologia estatística, a discussão sobre amostragem de indivíduos através de domicílios é antiga na literatura. Ver trabalho recente de Clark e Steel (2002) sobre esse tema.

2 - A família na teoria econômica convencional e a teoria do domicílio

2.1 - A família na teoria convencional

A teoria microeconômica tem uma bem-estruturada argumentação para explicar o processo de tomada de decisões do consumidor individual. Este é assumido como ser racional e autônomo, com preferências conhecidas e tendo uma restrição orçamentária, variáveis que definem as quantidades de bens e serviços a serem adquiridas de forma a maximizar sua utilidade. A soma das demandas individuais por um bem ou serviço fornece a demanda de mercado. Essa argumentação teórica abstrai-se do fato de que as decisões individuais de uso da renda são baseadas, em grande parte, num complexo conjunto de interações conflitantes entre membros das famílias. Assim sendo, a teoria convencional, ao não explicitar a relação do consumidor individual com a família, assume a hipótese de que a unidade fundamental de decisão do lado da demanda é a família como constituída por um único indivíduo. Essa hipótese é, obviamente, bastante restritiva. Considerando-se, por exemplo, o caso do Brasil em 2000, as unidades domiciliares unipessoais correspondiam a apenas 8,6% dos domicílios segundo o Censo Demográfico.

Num outro extremo, a teoria macroeconômica considera as famílias como um agregado que, num modelo simplificado, cumpre a função de fornecer força de trabalho às empresas e decide sobre o destino de sua renda, se para consumo ou para poupança. As famílias, dentro desse modelo agregado, desempenham um papel passivo em termos da dinâmica da economia, tendo em vista que seus gastos são restringidos pela renda, a qual, no modelo keynesiano, depende das oportunidades criadas por outros agentes econômicos. As discussões teóricas sobre o comportamento da função consumo traduzem o tratamento dado ao comportamento das famílias como agentes tomadores de decisão na macroeconomia. Além do papel passivo das famílias na geração de renda, a definição, na prática, desse setor institucional nas Contas Nacionais do Brasil é complexo, pois, por dificuldade de identificação, inclui as unidades de produção não-empresariais e algumas empresariais e instituições privadas sem fins lucrativos.

O que observamos é que o conceito de família como unidade de decisão, ao contrário do ocorrido com as unidades individuais de decisão como o consumidor e a firma da teoria microeconômica convencional, não teve um tratamento teórico tão aprofundado e sistemático, ficando à margem da preocupação tradi-

cional do economista. A ausência desse tema nos manuais de economia (especialmente nos de microeconomia) é um bom indicador disso.²

2.2 - O que é uma família ou uma unidade domiciliar?

Não é usual encontrarmos na literatura econômica distinção clara entre os conceitos de família e de domicílio. A unidade domiciliar (UD) tanto pode ser analisada como uma unidade demográfica (de reprodução da força de trabalho, por exemplo) quanto como uma unidade econômica, de consumo e de produção de bens e serviços, tanto para uso dos seus membros (produção não mercantil) quanto para o mercado, já que uma proporção significativa do total da atividade econômica, especialmente nos países menos desenvolvidos, se dá dentro das famílias e das UD's.

Do ponto de vista teórico, Becker, por exemplo, considera o domicílio como uma “pequena fábrica” onde se combinam bens de capital, matérias-primas e trabalho para limpar, alimentar, procriar e, além disso, produzir mercadorias. Alderman *et al.* (1995, p. 15) discordam dessa visão, considerando que, mesmo que se entenda o domicílio como uma pequena fábrica, ele é constituído de indivíduos: “(...) os indivíduos às vezes motivados por altruísmo, às vezes por auto-interesse, e freqüentemente por ambos — lisonjeiam, cooperam, ameaçam, ajudam, argumentam, apóiam e, ocasionalmente, entram em conflito uns com os outros”.

² A questão de se a família pode e/ou deve ser tratada como uma unidade de decisão (*a decision-making agent*) é objeto de discussão em outras áreas da ciência social. O Sociólogo James Coleman (apud Roseizweig; Stark, 1997, p. 32) assim se pronuncia: “A família é uma entidade dentro da qual múltiplas atividades são realizadas: produção, consumo, procriação, socialização das crianças e lazer. Geralmente, ela não pode ser considerada como um agente com objetivo intencional (*a purposive actor*) (...) porque ela não pode usualmente ser descrita como tendo um propósito para o qual dirige suas ações. Ela é como a sociedade como um todo, mas numa escala menor, um sistema de ação composto de agentes com propósitos relacionados. Em alguns aspectos a família pode ser utilmente considerada como um agente com propósito, porque é uma entidade em termos da qual as pessoas agem quanto a alguns interesses naturais; por exemplo, algumas pessoas dizem que estão agindo para ‘resguardar a honra da família’. E, em alguns casos, a família não age como uma unidade, para alcançar fins que possam ser descritos como objetivos ou metas da família. Pode ser útil esclarecer quando e para que propósitos um sistema de ação deveria ser considerado um agente ou ator. Por exemplo, num enxame de insetos pairando no ar, cada inseto está seguindo seu próprio caminho, aparentemente de forma aleatória ou em busca de seu próprio objetivo. Mas o enxame como um todo se moverá num sentido ou outro, expandindo-se ou contraindo-se, e então voa não menos coerentemente que se fosse um organismo único (...). Então, como um enxame de insetos pode ser considerado um ator, a família pode — algumas vezes — ser considerado um ator”.

Do ponto de vista prático, podemos sugerir que a UD se confunde com a unidade familiar.³ Uma UD é identificada como composta por um grupo de dois indivíduos ou mais (embora um único indivíduo possa também constituir uma unidade domiciliar), que partilham as atividades econômicas necessárias para a sobrevivência da unidade domiciliar e para a geração de bem-estar para seus membros. Embora os membros da unidade domiciliar tenham objetivos e desejos variados, bem como metas individuais, eles também partilham um interesse comum com relação ao bem-estar dos outros. Como a unidade familiar fomenta relações econômicas e sociais entre seus membros (relações intrafamiliares), mas também entre unidades domiciliares (relações interfamiliares), e mantém relações mútuas com a economia e a sociedade local, então todas as políticas micro e macroeconômicas influenciam a estrutura de operação das unidades domiciliares (Mattila-Wiro, 1999, p. 6).

A discussão sobre como definir uma unidade domiciliar ou unidade familiar visa, em última instância, chamar atenção para o fato de que a unidade domiciliar comporta diferenças significativas entre a posição econômica do homem, da mulher, do idoso e das crianças, cujas relações podem ser regidas tanto por princípios de autoridade quanto de cooperação, auto-interesse, senso de responsabilidade, amor, etc. A dificuldade de se especificar, claramente, uma função objetivo para a unidade domiciliar (a exemplo do lucro para a firma) coloca sérios problemas teóricos e empíricos para a análise da UD e da família. Embora seja aceitável e justificável que a produção não-mercado das famílias seja analisada em termos econômicos, há controvérsias em relação aos estudos que adotam a lógica da racionalidade econômica para decisões, tais como as de procriação, por exemplo, em termos de custos e benefícios de se ter filhos (ver próxima seção).

Esse exemplo sugere que as ferramentas de análise usuais da teoria neoclássica nem sempre são as mais adequadas para se entender o funcionamento de uma unidade familiar. Assim sendo, entender como se processam as decisões dentro das UD's (ver seção 3) é uma questão relevante para aqueles interessados no estudo do bem-estar individual.

³ Do ponto de vista empírico, a identificação das famílias nas estatísticas oficiais passa pela definição de domicílio, que é a unidade de investigação nas pesquisas domiciliares. Nesse sentido, os termos **família** e **unidade domiciliar** (ou domicílio) podem se referir a um conjunto distinto de instituições. Família nuclear é aquela composta pelo casal com seus filhos. Família monoparental constitui-se de uma pessoa de referência sem cônjuge, com seus filhos. Unidade domiciliar é usualmente definida por co-residência, mas membros da família podem ou não estar na mesma UD. UD's podem ser compostas apenas por membros da família, mas podem incluir indivíduos não relacionados.

2.3 - A teoria das unidades domiciliares de Becker

A partir dos anos 50 do século XX, os economistas começaram a expandir a sua área de estudo, aplicando a teoria econômica ao tratamento de questões até então por eles negligenciadas, tais como: fertilidade, criminalidade, divórcio, racismo, etc. Gary S. Becker, pioneiro e principal expoente nessa área, foi agraciado pelos seus trabalhos com o Prêmio Nobel de Economia em 1992.

A abordagem econômica convencional aplicada a questões de ordem social, geralmente denominada Teoria da Ação Racional (RAT, da sigla em inglês), vale-se de modelos de ação racional individual. A racionalidade é entendida em termos utilitários, ou seja, como uma questão de satisfação de preferências individuais, consistindo na escolha daquela ação que mais provavelmente produza a maior utilidade para o ator.

No caso específico da família, Becker afirma (1993, p. 395-396) que:

“A análise da escolha racional do comportamento da família baseia-se no comportamento maximizador (...). O ponto de partida do meu trabalho sobre a família é a hipótese de que quando homens e mulheres decidem casar-se, ou ter crianças, ou divorciarem-se, eles tentam aumentar o seu bem-estar comparando custos e benefícios. Assim eles se casam quando esperam estar melhor do que se estivessem sozinhos, e se divorciam se esperam que isto aumentará o seu bem-estar (...).”

A possibilidade de partilhar o uso de bens comuns (habitação, bens de consumo duráveis, etc.) é uma das razões pelas quais o casamento gera um benefício em relação a viver separadamente. Além disso, alguns “bens”, como amor e companhia, só podem ser produzidos e partilhados por casais.

No que se refere à alocação dos recursos das famílias, Becker (1993a, p. 38-39) chama atenção para os ganhos que podem advir da especialização nas tarefas, discutindo a divisão do trabalho nos domicílios, comparando situações onde não há diferenças biológicas entre seus membros com aquelas onde há diferença entre sexos. E conclui: “Domicílios com apenas homens ou somente mulheres são menos eficientes porque eles são incapazes de beneficiarem-se da diferença sexual nas vantagens comparativas”.

E, ainda, (1993, p. 397), “(...) um casal poderia beneficiar-se da divisão do trabalho porque os homens se especializariam em alguns tipos de capital humano e as mulheres em outros”.

E resume (op. cit., p. 403): “O modelo da escolha racional provê a base mais promissora presentemente disponível para uma abordagem unificada para a análise do mundo social por especialistas das diferentes ciências sociais”.

Nos anos 90, iniciativas foram desenvolvidas no sentido de se fazer uma revisão da abordagem RAT, procurando agregar à hipótese do auto-interesse da teoria neoclássica outras motivações para a tomada de decisões. Conforme Misztal (1996, p. 87):

“A essência dos novos desenvolvimentos é reter o conceito de racionalidade humana introduzindo simultaneamente normas e crenças. A revisão rejeita o auto-interesse como único fator no comportamento humano, enquanto postula ao mesmo tempo que indivíduos maximizam a cooperação sujeitos a alguma restrição, isto é, confiança”.⁴

Em suma, os agentes racionais passaram a ser considerados entidades mais complexas do que aquelas abrangidas sob o conceito de *homo oeconomicus*, e, nesse sentido, essas concepções de escolha racional foram incorporadas, também, pela análise sociológica.⁵

3 - Modelos de comportamento das unidades domiciliares

Seguindo os avanços na RAT, a família como uma unidade de decisão passou a ter seu foco de estudo nas unidades domiciliares. A teoria das unidades domiciliares objetiva estudar a estrutura e o comportamento dessas unidades de decisão para, dentre outras coisas, orientar e avaliar propostas e resultados de políticas públicas. É relevante, portanto, que sejam identificadas, definidas e levantadas empiricamente as variáveis necessárias para tais propósitos.

É forte a interação entre fenômenos demográficos e comportamento econômico; de forma que entender melhor o funcionamento das famílias e das unidades domiciliares (abrir essa caixa-preta) é extremamente útil para se avaliar o resultado das decisões dessas unidades. É importante, também, que se levem em conta as transformações constantes que aí se processam, seja para o efeito de levantamento estatístico, seja para se avaliar a pertinência dos modelos que são construídos a partir desses dados.

⁴ Ver, também, Valente (1999).

⁵ Coleman (apud Wacquant; Calhoun, 1991, p. 81), por exemplo, afirma: “O problema intelectual central das ciências sociais é o seguinte: compreendemos e sabemos modelar o comportamento individual, mas raramente somos capazes de efetuar uma passagem apropriada desse nível ao do comportamento do sistema formado por esses mesmos indivíduos. Parece-me que a Sociologia poderia tomar um aspecto da teoria microeconômica, no caso, o modelo comportamental da escolha racional, e acrescentar ao mercado uma pluralidade de outras estruturas, através das quais os produtos sociais são gerados”.

A literatura distingue três maneiras (ou modelos) pelas quais se dá o processo de tomada de decisão nas famílias no que se refere ao uso dos seus recursos (renda, tempo, etc.). A primeira pressupõe um mecanismo harmonioso, sem conflitos (ver modelos unitários na seção 3.1). A segunda admite o conflito intrafamiliar, mas considera que o processo decisório se dá através da cooperação entre os membros da família segundo certas regras de repartição ou de barganha (ver modelos coletivos cooperativos na seção 3.2). Na terceira, não há nenhuma cooperação ou barganha entre os agentes, de forma que o conflito é resolvido por mecanismos *ad-hoc*, cujas regras são aceitas pelos parceiros (ver modelos coletivos não cooperativos na seção 3.2). Assim, dependendo da hipótese sobre o comportamento dos membros da família, define-se o tratamento das unidades familiares em termos de modelo teórico.

3.1 - Modelo unitário

Os modelos unitários assumem que a UD age como um entidade única (*single agent*), ou seja, a UD é tomada como um indivíduo. Admitir que a UD age como uma unidade única pressupõe admitir que todos os seus membros têm exatamente as mesmas preferências e, conseqüentemente, as mesmas funções-utilidade, ou seja, todos os recursos da UD (renda, trabalho, tempo, etc.) são reunidos (*pooled*), e a eles se dá um uso aceito sem conflito.

Tais modelos consideram, portanto, que a UD maximiza um único conjunto de objetivos para todos os seus membros, ignorando as desigualdades e as diferentes funções-utilidade dos mesmos, ou seja, admitem uma pessoa como representando toda a UD. Dito de outra forma e usando uma terminologia convencional, é como se a família se comportasse de forma a maximizar uma “função utilidade familiar”, ou seja, submetem-se os interesses dos membros individuais das famílias a uma função utilidade comum.

As desigualdades na distribuição dos recursos dentro da UD são consideradas ou um ato de desejo da parte de todos os seus membros, ou como sendo eficientes para a UD. Por exemplo, os recursos podem ser distribuídos na base das diferenças de habilidades individuais para ganhar rendas maiores, e a renda aumentada seria, então, dividida por todos os membros (Aldeman et al., 1995, p. 3-4).⁶

⁶ Os modelos dessa natureza, em função da forma como supõem que a UD age como entidade única, são também denominados: modelo da preferência comum (função de bem-estar social); modelo do altruísmo (família altruística) ou, ainda, modelo do ditador benevolente.

Várias restrições se colocam aos modelos unitários. Uma delas diz respeito à hipótese de que a renda familiar é reunida num fundo para a aquisição de bens de uso comum. Isso implica que a individualidade dos que contribuem para o fundo familiar não tem efeito sobre a demanda da UD. Essa hipótese requer que um membro da UD assuma o papel de coordenação, monitoramento e controle das decisões quanto ao uso dos recursos da UD (um ditador benevolente), que mantém a UD funcionando para o bem comum.

Obviamente, tratar a UD como um *single-agent* negligencia a importância do conflito e da desigualdade entre os seus membros. Certamente, a distribuição do controle dos recursos dentro da UD influencia a composição da demanda dessa UD.

Muitos estudos indicam que a hipótese da reunião da renda não é adequada. Conforme destacam Aldeman *et al.* (1995, p. 11):

“Outros arranjos que as UD’s adotam incluem sistemas onde uma pessoa gerencia todas as finanças e gastos exceto gastos pessoais; ou, uma ‘esfera de responsabilidades’ onde, por exemplo, o marido dá a sua esposa um montante de dinheiro para compra de mercadorias específicas; e um sistema de ‘gerenciamento independente’, pelo qual cada indivíduo tem renda e é responsável por certos gastos e nenhum tem acesso a todos os fundos da UD. Não surpreendentemente, os diferentes modos pelos quais a UD controla a renda se refletem em diferentes padrões de gastos. Os homens gastam mais da renda que eles controlam para gastos próprios do que as mulheres. Mulheres compram mais bens para as crianças e para consumo geral na UD do que os homens”.

A literatura coloca, ainda, muitos problemas teóricos associados à agregação de preferências individuais. Conforme Aldeman *et al.* (1995, p. 4), várias hipóteses para resolver esse problema têm sido oferecidas:

- a) Samuelson sugere que a agregação das preferências e a reunião dos recursos das UD’s podem ser alcançadas por consenso entre os membros da UD, mas ele não indica como esse consenso pode ser alcançado;
- b) a solução proposta por Becker supõe que os indivíduos tendem a procurar cônjuges com preferências similares e trata as UD’s como mercados onde existe troca e comércio;
- c) uma outra suposição é baseada no modelo cooperativo de Sen. Aqui o bem-estar familiar é a soma ponderada das utilidades líquidas de todos os membros, mas o modelo não esclarece como os pesos são determinados.

Em suma, no modelo unitário só é possível fazermos inferências ou pressuposições sobre os comportamentos dos membros individuais das famílias, o que condiciona as conclusões alcançadas através do modelo, mas essa restrição não implica dizer que sua utilidade seja nula. Como veremos a seguir, na maior parte das pesquisas domiciliares no Brasil,⁷ o conceito de domicílio aproxima-se do modelo unitário.

3.1.1 - Unidade domiciliar como unidade demográfica: o exemplo do Censo Demográfico

As pesquisas domiciliares realizadas por institutos públicos de estatística no Brasil podem ser identificadas como próximas do modelo unitário de decisão na medida em que não se identifica como as decisões são tomadas dentro do domicílio. Além disso, o domicílio é entendido mais como unidade demográfica e unidade de consumo do que como unidade de produção.⁸ No **Censo Demográfico 2000**,⁹ que privilegia a investigação das variáveis demográficas da população, o domicílio é definido como: “Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal”. É feita, ademais, a distinção entre domicílio particular e coletivo:

- **domicílio particular** - quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e entendeu-se por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que

⁷ O Brasil tem uma vasta experiência e um significativo volume de informações derivadas de pesquisas domiciliares de extrema relevância para o estudo do desenvolvimento socioeconômico e para a formulação de políticas públicas. Destaca-se, nesse contexto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), implementada a partir de 1967 e que permite acompanhar, anualmente, variáveis significativas investigadas permanentemente, como as características gerais da população: educação, trabalho, rendimento e habitação. Além disso, suplementos especiais permitem o estudo de questões, tais como migração, fecundidade, saúde, nutrição, mobilidade social, etc.

⁸ Um exemplo de pesquisa domiciliar que utiliza as duas abordagens (consumo e produção) foi a realizada pela ENCE do IBGE em comunidades de baixa renda no Município do Rio de Janeiro, de 1998 a 1999.

⁹ Estamos tomando o Censo Demográfico como exemplo, mas poderíamos considerar as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio ou as Pesquisas de Orçamento Familiares (POF) que nossas conclusões não mudariam.

residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica;

- **domicílio coletivo** - quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, camping, etc.

O Censo Demográfico não definiu o conceito de família (diferentemente de outras pesquisas domiciliares do IBGE, como a PNAD e a POF),¹⁰ porém identificou o chefe da família, que é quem deve responder ao questionário, e a condição dos demais moradores do domicílio em relação à pessoa responsável.¹¹

Que tipo de inferências pode ser obtido sobre o comportamento do domicílio a partir das informações agregadas sobre seus membros? A maioria dos objetivos das políticas públicas visa o bem-estar individual (reduzir o número de pobres, de analfabetos, de subnutridos, etc.), e o alcance das metas estabelecidas depende, em grande parte, das interações que se estabelecem entre os membros das famílias. Daí a importância do conhecimento do processo de tomada de decisões das unidades domiciliares no que se refere à distribuição dos seus recursos e à natureza das interações entre seus membros, posto que essas diferenças, como as várias teorias implicam, se refletem no resultado das medidas de política.

Essa dinâmica intradomiciliar só pode ser inferida através de hipóteses sobre o comportamento dos membros do domicílio. Isso não quer dizer que as informações das pesquisas domiciliares convencionais não sejam de interesse. Outro tipo de dinâmica é conhecido através dessas pesquisas. Pelo Censo Demográfico, por exemplo, podemos analisar o comportamento dos domicílios

¹⁰ “Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (Pesq. Nac. Amost. Dom., 1998). Vale observar que essa definição é próxima da de domicílio no Censo Demográfico.

¹¹ São condições dos membros da família: (a) pessoa responsável; (b) cônjuge, companheiro(a); (c) filho(a), enteado(a); (d) pai, mãe, sogro(a); (e) neto(a), bisneto(a); (f) irmão, irmã; (g) outro parente; (h) agregado(a) — pessoa que, sem ser parente, pensionista, empregado(a) doméstico ou parente de empregado doméstico, não pagava hospedagem nem contribuía para as despesas de alimentação e moradia do domicílio —; (i) pensionista — pessoa que, sem ser parente, pagava hospedagem ou contribuía para as despesas de alimentação e moradia do domicílio.

ao longo do tempo, identificando trajetórias relevantes. Nas últimas décadas, verificou-se que a sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, econômicas e culturais. As tendências que mais se destacam são a redução do tamanho das famílias e o crescimento do número de famílias cujas pessoas de referência são mulheres.

No período intercensitário, verificou-se um incremento de aproximadamente 38% na proporção de domicílios onde o responsável é do sexo feminino.¹² Em paralelo, cresceu a proporção de crianças de zero a seis anos que vivem em domicílios cujo responsável é mulher, passando, no conjunto do País, de 10,5% para 14,2% em 2002.

Houve também modificações quanto aos diferentes tipos de família. As unipessoais passaram de 7,3% a 8,6%, sendo grande parte dessas unidades compostas por pessoas idosas.

Uma outra tendência observada diz respeito à diversificação do modelo de família “nuclear” (aquela constituída apenas pelo casal com seus filhos). Verificou-se um crescimento do modelo monoparental, cuja pessoa responsável é mulher, especialmente no estágio inicial da trajetória familiar, quando as crianças estão ainda na primeira infância. Assim, mesmo com o crescimento da proporção de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos e com a diminuição da proporção daquelas compostas apenas pelo casal com filhos, o tipo predominante de família ainda é o daquela formada pelo casal com seus filhos.

Uma evolução positiva no período intercensitário foi a redução da participação relativa dos responsáveis pelos domicílios pertencentes aos grupos de idade mais jovens.¹³ A situação educacional dos responsáveis pelo domicílio também apresentou melhorias significativas, com queda substancial nas taxas de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade em todas as faixas etárias. Houve, ainda, melhorias no que se refere aos rendimentos. No caso das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, o rendimento real médio desse contingente elevou-se em 41,9% no período 1991-00. Embora o rendimento médio das mulheres responsáveis pelos domicílios particulares permanentes tenha continuado em patamar inferior ao dos homens, os dados demonstraram que a defasagem diminuiu em todas as regiões do País. Apesar dessa melhora, ainda se verifica a correlação entre

¹² Passando esse contingente de 18,1% em 1991 para 24,9% do total de domicílios em 2000.

¹³ A distribuição dos homens responsáveis pelos domicílios em 2000 mostrou um envelhecimento do seu valor modal em um grupo quinquenal, deslocando-se de 30-34 anos para o de 35-39 anos. Para mulheres, a concentração dá-se no grupo de 40-44 anos.

menor renda e maior número de pessoas e de filhos numa família, mesmo com o decréscimo no número médio de pessoas e de filhos nas famílias.

Em resumo, com a descrição acima, baseada nos dados do **Censo Demográfico**, ilustramos como, na prática, a definição de domicílio no modelo unitário, nas pesquisas sistemáticas do IBGE, permite avaliar mudanças nas características do domicílio, tendências demográficas e melhorias no bem-estar socioeconômico. São informações indispensáveis ao planejamento de políticas no âmbito macroeconômico. No entanto, não nos permite conhecer a reação dos indivíduos dentro do domicílio frente a interferências de políticas focadas no indivíduo.¹⁴ Com essa base estatística, só podemos inferir, através de hipóteses, sobre como as decisões são tomadas. Como a identificação de preferências entre os membros da família não é explicitada, as hipóteses do modelo unitário de comportamento podem se mostrar inadequadas para avaliação de políticas públicas visando ao bem-estar individual, tendo em vista que o foco na distribuição de renda entre domicílios não capta as desigualdades dentro do domicílio. Segundo Alderman *et al.* (1995, p. 2):

“O modelo unitário implica que o que importa para certas iniciativas políticas — tais como esquemas públicos de trabalho ou programas de transferências — é o montante de renda que a UD recebe, e não a identificação do indivíduo dentro da UD para o qual é direcionado o programa. Ao contrário, sob modelos alternativos, a eficácia do programa depende do membro da UD visado”.¹⁵

¹⁴ Vale a pena observar que mesmo autores que reconhecem a dificuldade em se captar o modelo de decisão no bojo da unidade familiar adotam como alternativa trabalhar com renda familiar *per capita*. Ver, a esse respeito, proposta em FGV/IBRE/CPS (MAPA, 2001, p. 38), discutindo o impacto de políticas sociais no Brasil sobre as crianças utilizando microdados da Pesquisa Mensal de Emprego: “A avaliação da distribuição etária das condições sociais deve levar em conta o processo de repartição das diversas rendas no bojo das famílias. Por exemplo: a renda do aposentado pode beneficiar outros membros de sua família como as crianças (...) assim como a bolsa-escola pode percorrer caminho inverso. Nesse sentido, o conceito adequado para auferir o bem-estar seria baseado em dados em nível de família, como renda familiar *per capita*. O mesmo tipo de preocupação se aplica na avaliação do acesso das crianças a serviços públicos”.

¹⁵ Ainda segundo Alderman *et al.* (1995, p. 1): “Considere a tentativa do governo de direcionar programas para indivíduos em certo grupo de idade: os nutricionistas, por exemplo, reconhecendo a vulnerabilidade das crianças na fase pré-escolar, freqüentemente indicam suplementação alimentar para esse grupo de idade. A experiência internacional, contudo, indica que tal intervenção não será bem-sucedida a menos que as ações de outros membros da UD sejam consideradas; as UD freqüentemente reduzem o montante de alimento dado à criança objetivo na casa e o distribuem entre os irmãos. No outro lado do espectro de idade, o impacto de programas voltados para adultos só será efetivo se as respostas dos outros membros da UD são levadas em conta”.

3.1.2 - Unidade domiciliar como unidade produtiva: a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf)

O conceito de domicílio no modelo unitário torna-se mais complexo quando se considera que o domicílio não é apenas uma unidade demográfica ou de consumo, mas também de produção. Interpretar o domicílio como unidade produtiva em termos do modelo unitário equivale a compará-lo a uma firma competitiva numa economia de mercado. Do ponto de vista microeconômico, a UD deve ser vista como uma função de produção, com a possibilidade de alocação alternativa de recursos no curto prazo, dada a tecnologia. O objetivo do domicílio enquanto firma deve ser o de maximizar o bem-estar de seus membros, o que, traduzido em termos de consumo, implica maximização da função utilidade agregada do domicílio.

Do ponto de vista macroeconômico, interpretar o domicílio como unidade produtiva implica dizer que a produção de bens e serviços em UD's (economia informal) tanto pode concorrer com a produção de bens e serviços em empresas formalmente constituídas como pode ser uma produção para autoconsumo. Em ambos os casos, a produção domiciliar deve ser computada nas estatísticas das Contas Nacionais. O manual de Contas Nacionais de 1993, coordenado pelas Nações Unidas, considera, dentro da fronteira de produção, a produção de bens não constituída formalmente (observadas algumas características) e a economia de subsistência, ambas identificadas como parte da economia informal.¹⁶ A produção informal é, em grande medida, desenvolvida no domicílio.

Com o objetivo de captar o papel e a dimensão do setor informal da economia brasileira, o IBGE, em 1997, realizou a pesquisa Economia Informal Urbana. Assim, uma avaliação do número de domicílios urbanos que se enquadram na denominação de unidade produtiva foi obtida a partir da pesquisa. Foram consideradas como fazendo parte do setor informal urbano as unidades econômicas que produziram bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas. Foram excluídas as unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo, bem como os trabalhadores domésticos, pesquisados pela PNAD. Investigou-se se a empresa funcionava no domicílio de moradia de algum de seus proprietários ou fora dele.¹⁷

¹⁶ Para uma discussão sobre definição de economia informal no manual de Contas Nacionais, ver Reich (2001, cap. 3).

¹⁷ Uma limitação da pesquisa (em virtude dos custos operacionais) resulta de seu corte urbano. Assim sendo, ela deixou de cobrir as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais, de que servem como exemplo a pequena indústria alimentar, o artesanato, a confecção e os serviços.

A Ecinf identificou cerca de 2,7 milhões de domicílios com atividade produtiva, ou seja, 28,5% do total de empresas informais em 1997. Além desse total, onde a atividade econômica era exercida apenas no domicílio, observou-se, ainda, cerca de 464 mil domicílios em que parte da atividade era aí exercida.

A pesquisa mostrou percentuais bastante significativos para vários segmentos, a saber: 63,5% para as indústrias de transformação e extrativa mineral; 49,2% para serviços de reparação; 47,3% para alojamento e alimentação; 26,9% para serviços técnicos e 19,4% para comércio.

As principais motivações para o exercício de atividade informal no setor urbano (parte da qual foi realizada no domicílio) foram: impossibilidade de emprego no setor formal, para 25,0% dos proprietários de empresas informais; independência financeira, para 20,1%; e complementação da renda familiar, para 17,7%. Esses percentuais, entretanto, diferem, significativamente, segundo o sexo, refletindo, certamente, diferenças de capital humano, mecanismos de distribuição dos recursos do domicílio (tempo), poder de barganha e fatores de ordem cultural, que a pesquisa não permitiu avaliar (ou avaliar adequadamente). Assim, declararam impossibilidade de emprego no setor formal: 28,4% dos homens e 18,5% das mulheres; independência econômica, 22,1% dos homens e 16,4% das mulheres; e complementação de renda, 9,6% dos homens e 33,2% das mulheres.

No setor rural, não abrangido por essa pesquisa do IBGE, estudo de Guanzirol e Cardim (2000, p. 21,51) mostrou que a agricultura familiar (unidades familiares na agricultura) respondia por 77% do emprego, 85% dos estabelecimentos e 38% do Valor Bruto da Produção. Apesar da relevância desses domicílios como unidade produtiva, os dados disponíveis não permitem identificar a "função de produção" da agricultura familiar. A própria identificação do que seja agricultura familiar é problemática, conforme ressaltam os autores.¹⁸

¹⁸ A análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa que requer um tratamento especial dos dados primários disponíveis, pois as tabelas estatísticas que são divulgadas não consideram essa categoria socioeconômica. As tabulações do Censo Agropecuário, que é um dos poucos instrumentos de análise quantitativa do setor agropecuário no Brasil, não permitem a separação entre agricultura familiar e patronal na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se a estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários.

3.1.3 - Unidade domiciliar como unidade de consumo: a Pesquisa de Orçamentos Familiares

Uma outra pesquisa onde o conceito de domicílio se enquadra no modelo unitário é a Pesquisa de Orçamentos Familiares, "(...) motivada principalmente pela necessidade técnica de atualização periódica da cesta de bens e serviços, cujo movimento de preços é acompanhado através dos índices de preços ao consumidor" (Pesq. Orçam. Fam., 1995, 1996, p. 15).

A família, definida na POF explicitamente como unidade de consumo, é assim entendida: "É a unidade constituída por um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, que utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns".

Embora a pesquisa investigue recebimentos e despesas individuais para vários itens de consumo e que o conceito de consumo alimentar *per capita* seja relevante para inúmeros propósitos, ela não permite, pelo simples fato de se reportar a um consumo médio, que se identifiquem as diferenças no consumo de cada membro da família, nem permite inferências sobre os mecanismos de alocação dos recursos monetários da família entre seus componentes. De todo modo, para análises sobre famílias como um todo, a pesquisa fornece inúmeras possibilidades.

3.1.4 - Unidade domiciliar ou familiar: pesquisas de padrão de vida

Em geral, o domicílio é tomado como referência para avaliação do nível de bem-estar familiar. As características dos domicílios e a posse de equipamentos domésticos são, normalmente, usadas como indicadores do nível de conforto familiar. Essas variáveis, acrescidas, dentre outras, daquelas relacionadas à renda familiar, à educação, ao trabalho e ao uso do tempo são consideradas representativas do padrão de vida familiar.¹⁹

O próprio IBGE realizou, para o período 1996/97, uma pesquisa multitemática para atender à necessidade de informação que permitisse identificar os efeitos de políticas governamentais nas condições de vida domiciliar, a Pesquisa sobre

¹⁹ A POF 2002/03, através do seu Questionário de Condições de Vida (POF 6), investiga variáveis que procuram avaliar as condições de vida das famílias. O IPEA passou a divulgar, recentemente, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), mostrando ter o mesmo passado de 0,69 em 1992 para 0,73 em 2001.

Padrões de Vida (PPV).²⁰ Na mesma linha, a Fundação SEADE/SP produz a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), que procura prover elementos para a mensuração da pobreza em nível familiar. De acordo com a PCV de 1998, “(...) ainda que a Pesquisa de Condições de Vida utilize duas unidades distintas de coleta de dados — domicílios e indivíduos —, adotou-se como unidade de análise a família”.

Tais pesquisas, ao focarem o domicílio ou a família, não permitem avaliar a situação de cada indivíduo em particular. Assumem que o aumento do bem-estar familiar significa o aumento do bem-estar de todos os seus membros, o que não é necessariamente verdadeiro. Tome-se como exemplo a aquisição de um bem de consumo durável, como um videocassete ou um DVD, adquirido em detrimento da compra de alimentos básicos para crianças recém-nascidas. A própria PCV 1996/97/98 (p. 30) reconhece:

“Pode-se dizer que a análise das despesas com consumo tem um caráter pragmático por refletir o domínio que o domicílio tem sobre a sua renda e a possibilidade de abrir mão de crédito ou poupança em períodos de rendimento mais baixo ou mesmo negativo. Dessa forma, a despesa permite uma avaliação mais a longo prazo das condições de vida da população. Existem, porém, algumas dificuldades na avaliação das despesas que, dentre outros aspectos, são influenciadas pelo número de pessoas por domicílios e pela composição e necessidades distintas de seus membros”.

Essas críticas, obviamente, não implicam negar a valiosa contribuição dessas pesquisas para a análise das condições socioeconômicas das populações e para efeito de políticas públicas. Por exemplo, no quesito Famílias, a PPV, ao distinguir as relações de convivência das relações de parentesco (investiga se pai e/ou mãe residem no mesmo domicílio), fornece base para estudos sobre socialização e formação psicológica das crianças. Da mesma forma, ao constatar que, do total de famílias formadas por mãe com filho (14,6%), a maioria se compõe de mulheres solteiras (64,2%) e, secundariamente, de viúvas (18,2%).

A PPV investigou, também, a alocação do tempo dos membros das famílias em atividades produtivas, afazeres domésticos e lazer, embora não explicita os mecanismos pelos quais os familiares decidem sobre o uso do tempo familiar. A pesquisa constatou que as famílias dedicam, em média, 40 horas semanais ao trabalho produtivo, 30 horas para os afazeres domésticos e 21 horas em estabelecimento de ensino. Verificou, ainda, que os homens

²⁰ Essa pesquisa segue a metodologia do **Living Standard Measurement Survey** do Banco Mundial.

trabalham cerca de oito horas semanais a mais do que as mulheres no trabalho principal e quatro horas a mais no trabalho secundário e que os indivíduos sem escolaridade (menos de um ano de estudo) trabalham seis horas a mais do que os com 12 anos ou mais de estudo. Os homens também dedicam mais tempo ao estudo e ao trabalho (38 horas) do que as mulheres (31 horas).

No que se refere às atividades domésticas e sua divisão entre homens e mulheres, verificou-se que, da população feminina com mais de cinco anos, 78,9% se dedicam aos afazeres domésticos contra 28,6% dos homens. Além disso, as mulheres gastam mais tempo nessas atividades do que os homens (36 horas contra 14 respectivamente), e as mulheres com menos de um ano de estudo gastam 10 horas a mais do que as que têm 12 ou mais anos de estudo.

Nas duas atividades (trabalho produtivo e atividades domésticas), os homens despendem 46 horas semanais, e as mulheres, 61 horas. Além disso, os homens têm mais tempo livre do que as mulheres (11 horas no caso dos brancos e 17 horas no caso de pretos e pardos), e, nos domicílios 20% mais pobres, as mulheres gastam 17 horas a mais do que os homens nas duas atividades. Essa diferença cai para 11 horas no caso dos domicílios 20% mais ricos.

Segundo Behrman (apud Rosenzweig; Stark, 1997, p. 179),

“A alocação intrafamiliar parece ser muito importante na determinação do uso do tempo, no investimento em recursos humanos, e nas transferências intra e intergerações. A natureza de tais alocações tem potencialmente significantes implicações para eficiência, equidade, e a eficácia de políticas micro e macroeconômica, bem como para a análise de impacto dos recursos humanos sobre o resultado econômico”.

Relevante, também, é a constatação da PPV de que, no que se refere à probabilidade de um jovem de sete a 14 anos vir a freqüentar a escola, o impacto da educação da mãe é maior (0,2430) do que a do pai (0,1760). Verificou-se, ainda, que 10% da população entre cinco e 14 anos trabalha, indicando a dependência das famílias do trabalho infantil.

No que se refere à população idosa (60 anos e mais), verificou-se que 45,2% dos homens trabalham contra apenas 11,5% das mulheres. Dos idosos que trabalham, 62,7% recebem aposentadoria, revelando a necessidade de complementação da aposentadoria com renda oriunda do trabalho para um percentual significativo da população idosa.

A maior presença de idosos nos domicílios tem sido também um importante aspecto de mudança na estrutura familiar. Como se sabe, a população brasileira (e mundial) está envelhecendo, como resultado das quedas nas taxas de natalidade e do aumento da expectativa de vida. No Brasil, a relação

idoso/criança, que era de 15,9 em 1980, passou para 21,0 em 1991 e para 28,9 em 2000. Como destacado por Camarano (2002):

“Mais do que recebendo crianças em casa, os idosos estão contribuindo para manter uma maior frequência na escola pelos filhos. A renda do beneficiário pode reduzir a necessidade das crianças trabalharem para manter a subsistência familiar. Em 1999, a proporção de famílias pobres na área rural foi de 29,7%. Se os idosos não estivessem presentes, a proporção comparável aumentaria para 48,9%. Entre as famílias urbanas, as proporções são 18,8% e 33,8%. Não há dúvidas de que os benefícios (aposentadoria) estão trazendo resultados inesperados para os idosos e suas famílias. Um deles é o de mudança no *status* do idoso dentro de suas famílias, modificando seu papel tradicional de dependente para provedor”.

3.2 - Modelos coletivos

Vimos, na seção anterior, que as pesquisas domiciliares aqui comentadas, tanto as que identificam unidades de consumo como as que identificam unidades de produção no domicílio, são mais próximas das definições do modelo unitário. Do ponto de vista do pesquisador acadêmico, do planejador de políticas públicas e do produtor de estatísticas, o entendimento das características desse modelo de domicílio é importante para explicitar as hipóteses de comportamento que são assumidas e, conseqüentemente, as implicações para avaliação de políticas públicas dos efeitos sobre os membros do domicílio.

Os modelos teóricos coletivos do comportamento das UD's (ou modelos de tomada de decisões pluralísticas) reconhecem que a UD é formada por mais de um indivíduo e procuram levar em conta as diferentes preferências, os conflitos e as desigualdades entre os seus membros. Enfatizam a individualidade dos membros da UD, em vez de admitirem um processo solidário ou autoritário de tomada de decisões que levam a uma única função utilidade. Colocam a questão de como as preferências individuais levam a decisões coletivas, ou seja, como membros individuais das UD's reconciliam diferentes preferências. Vale dizer, analisam o processo pelo qual as UD's buscam o equilíbrio entre a diversidade de interesses de seus membros. Em termos teóricos, significa interpretar a maximização da utilidade, objetivo do consumidor racional segundo a teoria microeconômica convencional, de forma mais ampla, incluindo não apenas o bem-estar alcançado pelo consumo de bens e serviços materiais, mas abrangendo, também, o bem-estar adquirido através de relações sociais, do lazer, etc. Nesse sentido, esses modelos implicam, na prática, investigar, no domicí-

lio, variáveis que revelem o poder decisório de cada membro, assim como considerar informações que caracterizem o ambiente sociocultural, que influencia na tomada de decisões dos membros do domicílio.

Há várias hipóteses sobre como os diversos interesses podem se equilibrar. Uma delas é a proposta em modelos cooperativos: os modelos cooperativos, a exemplo dos modelos unitários, partem da hipótese da ação racional, ou seja, os indivíduos formam uma UD quando é mais benéfico para eles se unirem do que permanecerem sozinhos, mas a regra que governa a distribuição dos recursos da UD é distinta.

Nos modelos de eficiência cooperativa não se fazem hipóteses sobre como os recursos são distribuídos dentro das UDs, ou seja, eles são alocados com base numa certa regra de participação, mas essa regra não é explicitada. De todo modo, as decisões da UD são consideradas eficientes no sentido de Pareto, ou seja, é assumido que as decisões da UD são sempre eficientes no sentido de que um membro não pode estar melhor sem que o outro esteja pior.

“São fundados sobre a hipótese de dois indivíduos, cada um tendo seu/sua própria função de utilidade individual. Os agentes de uma UD são considerados auto-interessados: suas utilidades dependem somente de seu próprio consumo e oferta de trabalho. Contudo, eles são esperados se preocupar um com o outro, significando que a mulher não se preocupa com o consumo do marido, somente em que o seu (dela) consumo o faça feliz, e vice-versa.” (Mattila-Wiro, 1999, p. 20).

Outra hipótese de comportamento é descrita nos modelos de barganha, onde o processo de tomada de decisões é explicitamente especificado. A ênfase é sobre quem realmente controla as várias fontes de recursos. O problema da barganha pode ser resolvido de vários modos, mas a solução depende do poder de barganha de cada participante, o que, por sua vez, depende do volume de recursos controlado por cada pessoa.

Pelo menos três abordagens para modelar esses conflitos foram desenvolvidos (Folbre, 1986, p. 18):

- a) uma primeira, nascida fora da literatura neoclássica mais formal, é baseada na teoria dos jogos (modelo de barganha de Nash, que especifica uma função objetivo explícita);
- b) uma segunda abordagem, influenciada mais pela literatura sociológica, procura meios de medir o poder relativo dos membros da família e explora suas correlações;
- c) uma terceira, mais explicitamente em débito com a literatura feminista e marxista, descreve a luta entre as gerações e entre os sexos em termos algo análogo à luta de classes.

Pela teoria dos jogos, a assim chamada “solução de barganha de Nash” é o conceito utilizado para jogos de barganha cooperativa. A solução cooperativa de Nash prediz que o resultado de um jogo estático entre duas pessoas que barganham será o resultado que maximiza o produto dos ganhos de utilidade para ambas, em relação à situação que se obteria na ausência de acordo (Bergstrom apud Rosenzweig; Stark, 1997, p. 42).

Soluções de barganha de Nash têm sido aplicadas a casamentos, onde o casamento é considerado um monopólio bilateral estático, com ganhos potenciais para ambas as partes caso permaneçam juntas, em vez de se divorciarem. Assume-se que um casal resolve suas diferenças de acordo com procedimentos detalhados por Nash ou por uma outra solução explícita de barganha. Assim, a divisão dos ganhos do casamento depende do ponto de ruptura, ameaça ou retrocesso (*fall back* ou *threat point*) para cada membro, no caso, o divórcio. Portanto, o medo ou o custo do *fall back* tende a governar o processo de barganha e influencia o resultado. Tais procedimentos também se aplicam a outros conflitos cooperativos, como relações trabalhistas industriais (Mattila-Wiro, 1999, p. 22-23; Alderman et al., 1995, p. 6).

Enquanto as abordagens neoclássicas tendem a considerar as diferenças de poder de barganha como dadas, as formulações de natureza sociológica dão mais ênfase à concentração e à mensuração dessas diferenças, que são usualmente justificadas em base religiosa ou biológica. Por sua vez, a literatura de inspiração feminista-marxista situa essas questões no contexto de um arcabouço mais amplo da luta política, que se dá tanto no âmbito do Estado quanto do local de trabalho, bem como dentro das unidades domiciliares, sendo que a desigualdade, aqui, é vista também como uma forma de exploração (Folbre, 1986, p. 21-22).

Essas abordagens, portanto, procuram destacar que o estudo da economia das UD está intimamente ligado a problemas de gênero (sexo), particularmente no que se refere ao *status* da mulher dentro da família e à divisão de trabalho que aí se estabelece, seja em termos de trabalho fora e trabalho doméstico, seja quanto à divisão das tarefas dentro da UD (produção de bens de uso comum).

Por fim, há modelos não cooperativos. Esses modelos consideram que os indivíduos têm economias separadas dentro das UD e que não estabelecem uns com os outros nenhum tipo de contrato a ser cumprido. Não se espera que todo equilíbrio seja Pareto ótimo.

Entretanto, conforme destaca Mattila-Wiro (1999, p. 26-27),

“O uso do termo UD no caso de economias separadas é ambíguo. Se a definição de UD é estendida ao conceito de membros constituindo

uma entidade econômica, então segue-se que no caso de modelos não cooperativos nós deveríamos nos referir a muitas UD's dentro de uma família”.

Em suma, modelos coletivos de domicílio são caracterizados pela identificação de preferências individuais ou de funções de utilidade individuais dentro do domicílio, dando origem a vários tipos de modelos de decisão. Diversas formulações teóricas procuram dar conta de como os membros do domicílio interagem no processo de tomada de decisões sobre a alocação de recursos escassos visando conciliar suas preferências individuais. Porém nenhuma abordagem em particular é suficientemente avançada para dominar o campo da economia dos domicílios. A terminologia usada na teoria das unidades domiciliares baseia-se excessivamente em conceitos da teoria da escolha do consumidor, ou da firma, e, mesmo, da teoria do comércio internacional (vantagens comparativas).

A distinção entre modelos unitários e coletivos não é apenas uma curiosidade acadêmica. Os formuladores de políticas sociais devem dar particular atenção à interdependência dos membros das UD's, porque intervenções que objetivam encorajar certas atividades ou aumentar o bem-estar de indivíduos em particular terá efeitos sobre outros indivíduos, o que pode induzir outras atividades.²¹ Para pesquisas onde a questão do gênero é importante, como no caso de nutrição, modelos coletivos de domicílio são mais adequados. Isto porque mulheres e meninas, em muitas áreas de países subdesenvolvidos, recebem menos do que o recomendado em termos de proteínas e calorias do que os homens. Alderman *et al.* (1995, p. 12-13), baseando-se em estudo de Thomas (1990, 1992, apud Alderman *et al.*, 1995) observa que:

“Quando a parcela de renda monetária recebida por esposas aumentou, os gastos com alimentação aumentaram e os gastos com cigarros e álcool declinaram. Observou, também, que pais e mães se comportam diferentemente em relação a filhas e filhos. Mães com filhas escolhem trabalhar ou investir diferentemente daquelas com filhos”.

²¹ De acordo com Rosenzweig (apud Mattila-Wiro, 1999, p. 16), por exemplo, “Um projeto que aumenta a demanda de trabalho irá também promover alocações intrafamiliares. Muitos projetos têm conseqüências sobre o emprego: por exemplo, tentativas de encorajar o emprego de mulheres na agricultura na Índia incrementaria o tempo gasto por crianças, especialmente meninas, em trabalhos domésticos. A diminuição da participação de meninas em atividades remuneradas, e na escola, limita suas oportunidades futuras em termos de atividades de mercado”.

Esse tipo de conclusão mostra que um crescimento da renda das mulheres tem um impacto mais positivo no nível nutricional das crianças do que o crescimento na renda dos homens.²²

Em suma, políticas públicas com objetivos de atender a populações específicas dentro do domicílio, ao se basearem em pesquisas domiciliares convencionais, podem prover um quadro inadequado para inferências sobre o comportamento familiar num dado ponto no tempo. A desconsideração do comportamento da família pode levar a um incompleto conhecimento do fenômeno econômico, a previsões erradas e, conseqüentemente, a prescrições equivocadas de políticas públicas.²³

4 - Resumo e conclusão

No momento em que o Brasil assume as políticas sociais de combate à fome e à miséria como prioridade de governo, a discussão sobre conceitos de família e de domicílio e o entendimento sobre o comportamento familiar ganha importância para pesquisadores acadêmicos, formuladores de políticas públicas e produtores de informação. Há muitas dificuldades para se testarem as teorias que tratam do domicílio, sendo a maior delas a falta de dados disponíveis e adequados sobre modelos coletivos de comportamento do domicílio. Em Mattila-Wiro (1999, p. 2, 35), encontramos uma lista de dados requeridos para os mo-

²² Um estudo feito por Thomas em 1990, citado por Behrman (apud Rosenzweig; Stark, 1997, p. 174-175), procurou verificar o efeito sobre o desenvolvimento infantil (sobrevivência, consumo de nutrientes, peso, etc.) da diferença no controle dos recursos por mulheres *versus* homens. Thomas usou dados para o Brasil (Endef 1974/75) e o conceito de renda perdida (*unearned income*, *lost income* ou *foregone income*), que, de acordo com Becker, constitui a perda de oportunidades em não participar no mercado, ou seja, ficar em casa cuidando da mesma e dos filhos, concluindo: "As estimativas indicam um efeito muito maior sobre a sobrevivência das crianças e sobre suas medidas antropométricas da renda perdida das mulheres em relação à dos homens (...) o impacto estimado da renda perdida da mulher é cerca de sete vezes maior que a dos homens no caso de calorias e proteínas".

²³ A título de exemplo, podemos citar as seguintes observações, relativas ao Estado do Piauí (O Globo, 2003): "(...) há famílias beneficiadas com o programa Bolsa-Alimentação que têm deixado seus filhos desnutridos para continuarem recebendo o benefício do Governo Federal, no valor de R\$ 15,00 mensais por criança cadastrada. Famílias incentivam as crianças a trabalhar para que tenham direito à bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) — que paga R\$ 15,00 mensais por criança que deixa de trabalhar na lavoura para estudar". Informações da imprensa (O Globo, 2003a) dão-nos conta, também, de que famílias da periferia do Rio de Janeiro alugam seus filhos menores para servirem de mão-de-obra para mendicância no centro da cidade.

delos coletivos. Eles incluem, dentre outros, informações sobre preços, nível de renda domiciliar, renda não-trabalho, especialmente sobre parâmetros extra-ambiente (impostos, leis sobre divórcios, etc.) e dados sobre “pontos de ruptura” (*threat points*), bem como estatísticas mais acuradas sobre contribuição da mulher e divisão das tarefas dentro de casa.

Embora a literatura internacional sobre o tema seja vasta, ainda são incipientes, no Brasil, discussões acadêmicas sobre conceitos teóricos e sua aplicação a investigações empíricas em pesquisas oficiais, em particular em relação à conceituação de unidades domiciliares. A teoria econômica convencional ainda reluta em identificar o domicílio como um ator econômico importante no processo de tomada de decisões. Questões do domicílio são tratadas ou pela teoria do consumidor individual ou da firma. Modelos coletivos de domicílio buscam flexibilizar sua definição, ampliando o espectro da investigação empírica.

Este texto objetivou motivar a discussão sobre os processos ou mecanismos de tomada de decisões em nível familiar ou domiciliar. A par do interesse teórico de que o tema se reveste, não só para a Economia como para outras áreas das ciências sociais, ele também tem importantes implicações para as instituições produtoras de informações socioeconômicas, bem como para os propósitos de formulação e avaliação de políticas públicas.

Referências

ALDERMAN, H. et al. Unitary versus collective models of the household: is it time to shift the burden of proof? **The World Bank Research Observer**, [S. l.: s. n.], v. 10, n. 1, Feb. 1995.

BECKER, G. S. A theory of social interactions. **Journal of Political Economy**, [S. l.: s. n.], v. 82, n. 6, 1974.

BECKER, G. S. **A treatise on the family**. [S. l.: Harvard University Press], 1993a.

BECKER, G. S. Altruism, egoism, and genetic fitness: economics and sociobiology. **The Journal of Economic Literature**, Nashville: American Economic Association, v. 19, n. 3, Sept. 1976.

BECKER, G. S. On the economics of the family: reply to a skeptic. **The American Economic Review**, Nashville: American Economic Association, v. 79, n. 3, June 1989.

BECKER, G. S. Theory of the allocation of time. **The Economic Journal**, [S. l.: s. n.], v. 75, 1965.

BECKER, G. S. Nobel lecture: the economic way of looking at behaviour. **Journal of Political Economy**, [S. l.: s. n.], v. 101, n. 3, 1993.

CAMERANO, A. A. **Envelhecimento populacional, condições de vida e políticas sociais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Mimeografado.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CLARK, R. G.; Steel, D. G. The effect of using household as a sampling unit. **International Statistical Review**, [S. l.: s. n.], v. 70, n. 2, 2002.

ECONOMIA informal urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

FOLBRE, N. Cleaning. House: new perspectives on households and economic, development. **Journal of Development Economics**, Los Angeles: University of California, v. 22, 1986.

GLOBO, O. Rio de Janeiro, 29 jan. 2003.

GLOBO, O. Rio de Janeiro, 24 fev. 2003a.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

MAPA de ativos: combate sustentável à pobreza. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, dez. 2001.

MATTILA-WIRO, P. **Economic theories of the household: a critical review**. [S. l.: World Institute for Development Economics Research, The United Nations University, Apr. 1999.

MIZSTAL, B. A. **Trust in modern societies**. [S. l.]: Polity Press, 1996.

PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA. São Paulo: Fundação SEADE/SP, 1996/1998.

PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR 1987. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 1.

PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. v. 1.

PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. v. 1.

PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 1.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, [19—]. [Vários números].

REICH, Utz-Peter. **National accounts and economic value**: a study in concepts. [S. l.: s. n.]: Palgrave, 2001.

ROSENZWEIG, M. R.; STARK, O. (Coord.). **Handbook of population and family economics**. [Amsterdam]: Elsevier, 1997.

SÍNTESE de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

VALENTE, E. **Coordenação via cooperação**: uma abordagem histórico-institucionalista. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. (Tese de Doutorado).

WACQUANT, L. J. D.; Calhoun, C. J. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.: s. n.], v. 6, n. 15, fev. 1991.